



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Órgão deliberativo, formulador e controlador da Política Municipal de Atendimento aos
Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 809/2008)



Estudo Diagnóstico da Infância e Adolescência Município de Alto Paraíso de Goiás (GO)

Responsáveis Técnicos:

Débora Oliveira, Assistente Social da Equipe Técnica da Proteção Social Especial de Média Complexidade da Secretaria da Rede de Proteção Social, Habitação e Projetos Especiais (SRPS);

Felipe Corrêa, Psicólogo, Assessor de Vigilância Socioassistencial da SRPS.

Alto Paraíso de Goiás - GO
2024

Estudo Diagnóstico da Infância e Adolescência Município de Alto Paraíso de Goiás (GO)

AUTORES:

Débora Oliveira, Assistente Social da Equipe Técnica de Média Complexidade da Secretaria da Rede de Proteção Social, Habitação e Projetos Especiais (SRPS);

Felipe Corrêa, Psicólogo, Assessor de Vigilância Socioassistencial da SRPS.

Estudo diagnóstico de dados coletados pela Assessoria de Vigilância Socioassistencial da SRPS sobre infância e juventude no município de Alto Paraíso de Goiás apresentado ao CMDCA com finalidades de orientações para planejamento e realização de Planos de Ação e Aplicação e Editais de Chamamento Público e Chancela.

Fevereiro de 2024

Sumário

1. Dados demográficos	3
2. Diagnóstico da Infância e Adolescência do Município	5
3. Conselho Tutelar	6
4. Política de Assistência Social	13
5. Política de Educação	16
6. Política de Saúde	23
7. Segurança Pública	29
8. Organizações da Sociedade Civil (OSC)	35
CONCLUSÕES	47

1. Dados demográficos

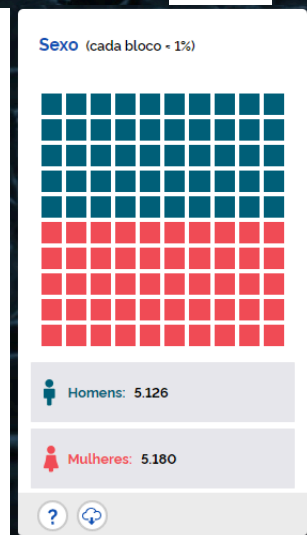
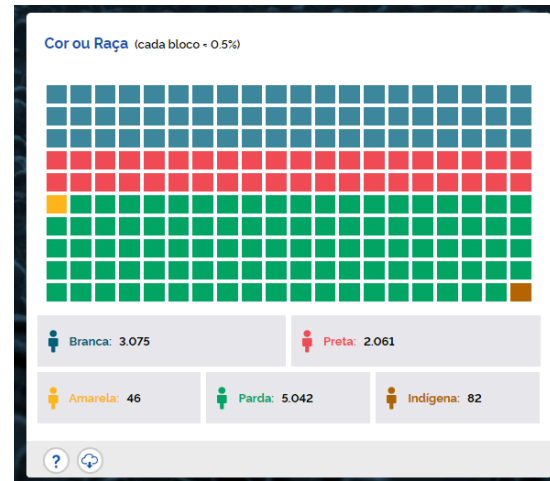
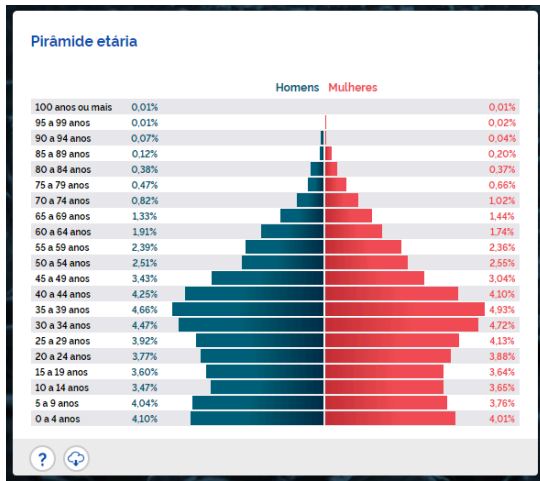
O município de Alto Paraíso de Goiás está localizado na região nordeste do estado de Goiás e compõe a região da Chapada dos Veadeiros. Localizado a 230km de Brasília(DF) e a 420km de Goiânia(GO). A altitude média da sede do município de Alto Paraíso de Goiás é de 1.232,60m, sendo também a cidade mais alta da Região Centro-Oeste do Brasil e do Planalto Central. O município é composto por regiões de zona urbana e rural. Os bairros da zona urbana são: Centro, Paraisinho, Vila Bandeira, Cidade Alta, Novo Horizonte, Estância Paraíso, Eldorado, Setor Planalto, Monte Sinaí, Horta Comunitária e Paraíso Velho. E os bairros da zona rural são São Jorge, Povoado do Moinho, assentamento Silvio Rodrigues, assentamento Esusa, acampamento Dorcelina Folador I e II, Sertão, Sanoli e Piçarrão.

De acordo com o censo do ano de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa da população de Alto Paraíso de Goiás é de 10.306 pessoas, tendo uma densidade demográfica de 3,97 habitante por quilômetro quadrado. Sendo possível observar expressivo crescimento populacional nas últimas duas décadas. Ainda segundo o censo 2022, o território é composto por um quantitativo de 5.180 mulheres e 5.126 homens, onde o maior quantitativo populacional na fase adulta está entre 30 a 39 anos, sendo 9,13% de mulheres e 9,65% de homens. O maior percentual entre crianças e adolescentes está na faixa etária entre 0 e 14 anos, com 11,61% de mulheres e 11,42% de homens. No que diz respeito a cor ou raça: 3.075 autodeclaram-se brancos, 2.061 autodeclaram-se negros, 5.042 autodeclaram-se pardos, 82 autodeclaram-se indígenas e 46 autodeclaram-se amarelos.

Com relação a renda, em 2021, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas¹ em relação à população

¹ De acordo com o IBGE, uma pessoa está ocupada quando exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa.

total era de 25,39% ou 1.968 pessoas. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 35% da população nessas condições.



2. Diagnóstico da Infância e Adolescência do Município

O diagnóstico do município tem como objetivo apresentar dados que descrevem a realidade da infância e juventude no território. Dados estes que expressam as situações vivenciadas por crianças e adolescentes cotidianamente e também demonstram como se configura a rede do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) em Alto Paraíso de Goiás. Construído a partir da análise de dados, que se faz extremamente necessária para apresentar as reais necessidades do território e assim, embasar a formulação de ações e Políticas Públicas no âmbito municipal.

Importante ressaltar que o município carece de publicações referentes a relatórios diagnósticos anteriores, sendo assim, esse documento inicial pode conter ausência ou defasagem de dados que serão descritos ou melhor analisados em publicações posteriores que farão diagnósticos mais aprofundados. O objetivo deste diagnóstico inicial é compilar dados que foram coletados nas bases de dados dos últimos 5 anos e que podem contribuir para criação de metas e objetivos norteadores para aplicação de recursos e construção de políticas públicas mais eficientes para crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) descreve em seu art 4º: “ É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Este artigo evidencia a amplitude do que são os direitos fundamentais e a necessidade de articulação entre diferentes políticas sociais para de fato garantir direitos à população infantojuvenil. A partir disso, faz-se necessário o conhecimento sobre o território em que se índice qualquer ação ou intervenção voltada a crianças e adolescentes. Entende-se também, a importância da implementação do SGDCA no

município como forma de consolidar ações eficientes e eficazes à população infantojuvenil.

O documento está estruturado conforme as políticas públicas e atores da rede que compõem o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescence (SGDCA) em Alto Paraíso de Goiás.

3. Conselho Tutelar

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Atualmente o município possui 01 unidade do órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos. O conselho tutelar atua como referência de todo o território do município, abarcando zona urbana e rural.

A maior base de dados no âmbito do Conselho Tutelar deveria ser registrada no Sipiá-CT, que é um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre violações de direitos da criança e do adolescente preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, nacionalmente, regionalmente e localmente, o preenchimento de dados ainda é um desafio. Atualmente o órgão municipal realiza os registros em prontuários físicos e não há banco de dados digitais para análise de informações.

Além do mais, a atual sede do Conselho Tutelar é completamente inadequada ao recebimento e atendimento de crianças vítimas e testemunhas de violação de direitos, bem como de seus responsáveis. A remuneração do conselheiro tutelar também é um ponto delicado, sendo destinado como salário à categoria o valor de R\$2.257,05, em valores brutos, o que inviabiliza o cumprimento da orientação legal de dedicação exclusiva para esse ator da rede de garantia de direitos. Alguns conselheiros têm outras

funções profissionais que complementam sua renda mensal. Isso também prejudica o bom andamento deste órgão colegiado. Por fim, resta citar a situação da falta de motorista. Os conselheiros acabam tendo que assumir também essa função, sem receber por isso e, ainda, responsáveis por eventuais acidentes ou danos no veículo.

Do Processo de Escolha para o Conselho Tutelar, realizado em 2023

Pela primeira vez as eleições para o Conselho Tutelar foram realizadas utilizando urnas eletrônicas e disponibilizadas nas regiões rurais do município, sendo garantido a todos os eleitores transporte público no dia das eleições, garantindo, assim, livre acesso ao direito democrático de escolha dos representantes da sociedade paraense nesse órgão colegiado para os anos 2024, 2025, 2026 e 2027.

Durante o período pré eleitoral o CMDCA organizou processos de capacitação que foram oferecidos aos candidatos ao Conselho Tutelar, aos conselheiros de direitos do CMDCA e aos profissionais da Rede do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Nas páginas a seguir serão apresentados os dados e análises a respeito do pleito eleitoral, ocorrido em 1º de outubro de 2023, evento esse que articulou a democracia e a garantia de direitos de crianças e adolescentes no município.

TABELA 1: DADOS REFERENTES AO PROCESSO ELEITORAL PARA CONSELHO TUTELAR DE 2023, OCORRIDO NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2023.

SEÇÃO	COLÉGIO ELEITORAL	ELEITORES APTOS	COMPARECIMENTO ÀS URNAS	ELEITORES FALTOSOS	PORCENTAGEM DE ELEITORES VOTANTES	RURAL/ URBANO	% DE VOTOS
100	ZECA DE FARIAS	2302	435	1867	18,80%	ZONA URBANA	16,9% VOTARAM
106	ZECA DE FARIAS	1752	283	1469	16%		
105	ZECA DE FARIAS	1754	283	1471	16%		
104	MOINHO	178	50	128	28%		
103	SÃO JORGE	587	97	490	16%	ZONA RURAL	21,3% VOTARAM
102	SERTÃO	159	41	118	25,70%		
101	FRATERNIDADE	417	66	351	15,80%		
TOTAL		7149	1255 (17,5%)	5894 (82,4%)			

TABELA 2: LISTA DE CANDIDATOS E RESPECTIVOS NÚMEROS DE VOTOS POR SEÇÃO:

SEÇÃO	VOTOS RECEBIDOS										
	LENIR	LUCILEY	UENIS	VALMIRA	ALEILDES	DHANNIELLY	NAIA	MIRIAM	NINA	JUCENY	TOTAL
106	45	30	41	36	30	17	36	21	19	7	282
105	67	42	30	20	26	23	34	20	9	11	282
104	4	10	9	1	3	19	0	1	0	3	50
103	4	4	25	44	5	3	10	0	1	0	96
102	0	16	13	4	0	1	1	0	1	1	37
101	0	7	24	12	3	2	4	8	5	0	65
100	107	86	49	53	47	40	9	23	5	10	429
TOTAL	227	195	191	170	114	105	94	73	40	32	1241
PERCENTUAL DE VOTOS	18%	16%	15,40%	13,70%	9%	8,46%	7,57%	5,88%	3,22%	2,57%	100,00%

ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES ÀS ELEIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR DE 1º DE OUTUBRO DE 2023 (GESTÃO 2024-2027):

- GERAL: 17,5% dos eleitores votaram.

No total dos colégios eleitorais mencionados, houve um total de 7.149 eleitores aptos a votar. Desses, 1.255 compareceram às urnas, representando uma porcentagem de comparecimento de 17,5%, enquanto 5.894 eleitores faltaram, representando uma porcentagem de 82,4% de eleitores ausentes.

- NA ZONA URBANA: 16,9% dos eleitores votaram.

Na seção do colégio eleitoral 100, no colégio municipal Zeca de Farias houve um total de 2.302 eleitores aptos a votar. Desses, 435 compareceram às urnas e 1.867 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 18,80%. 16,9% dos eleitores votaram na zona urbana.

Na seção 106, também realizada no colégio municipal Zeca de Farias, houve um total de 1.752 eleitores aptos a votar. Desses, 283 compareceram às urnas e 1.469 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 16%.

Na seção 105, também realizada no colégio municipal Zeca de Farias, houve um total de 1.754 eleitores aptos a votar. Desses, 283 compareceram às urnas e 1.471 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 16%.

- NA ZONA RURAL: 21,3% dos eleitores votaram.

Na seção 104, no Povoado do Moinho, houve um total de 178 eleitores aptos a votar. Desses, 50 compareceram às urnas e 128 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 28%. 21,3% dos eleitores votaram na zona rural.

Na seção 103, na Vila de São Jorge, houve um total de 587 eleitores aptos a votar. Desses, 97 compareceram às urnas e 490 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 16%.

Na seção 102, no Sertão, houve um total de 159 eleitores aptos a votar. Desses, 41 compareceram às urnas e 118 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 25,70%.

Na seção 101, na região em torno da Cidade da Fraternidade (Assentamento Silvio Rodrigues, Esusa e Acampamento Dorcelina Folador) houve um total de 417 eleitores aptos a votar. Desses, 66 compareceram às urnas e 351 eleitores faltaram, o que representa uma porcentagem de comparecimento de 15,80%.

Os dados acima mencionados fornecem uma visão abrangente da participação dos eleitores em diferentes áreas, tanto urbanas quanto rurais. A baixa participação geral, com apenas 17,5% dos eleitores votando, sugere um possível desinteresse ou falta de conscientização sobre a importância do Conselho Tutelar. A maior participação na zona rural (21,3%) em comparação com a zona urbana (16,9%) indica uma possível diferença de engajamento entre essas comunidades. A análise também destaca variações na participação dentro de cada área, o que pode fornecer insights sobre os desafios específicos enfrentados em cada região.

Diante desse baixo engajamento e, também, dos poucos serviços voltados à proteção e à garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violação de direitos no município, pode-se constatar que a necessidade fortalecer na cultura local a devida atenção, proteção e valorização dessa população no seio da sociedade paraisense.

Isso pode ser alcançado através de:

1. Eventos comunitários: Organizar eventos culturais, palestras, debates e workshops focados na conscientização sobre os direitos das crianças e dos

jovens, destacando o papel crucial do Conselho Tutelar na promoção e defesa desses direitos.

2. Incentivo à participação ativa: Promover a participação de crianças e adolescentes em atividades que os capacitem a compreender e reivindicar seus direitos, incentivando-os a influenciar positivamente suas comunidades. Nesse sentido o CMDCA está em processos de formalizar o CPA, Comitê de Participação de Adolescentes, que facilitará o engajamento juvenil na seara da garantia de seus direitos.

3. Parcerias com líderes religiosos e tradicionais: Envolver líderes religiosos, anciãos e outras figuras de influência na disseminação de mensagens sobre a proteção da infância e juventude, incorporando esses valores em práticas culturais e religiosas locais.

4. Programas educativos: Desenvolver programas educativos em escolas, centros comunitários, rádio comunitária e espaços de educação não formal, abordando temas como prevenção do abuso infantil, combate ao trabalho infantil e promoção da educação de qualidade.

5. Valorização da diversidade cultural: Reconhecer e valorizar as diferentes tradições e costumes locais relacionados à proteção da infância e juventude, incorporando esses elementos na promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

Ao fortalecer a cultura local da proteção dos direitos da infância e juventude, cria-se um ambiente propício para o engajamento dos eleitores nas eleições do Conselho Tutelar, refletindo um compromisso coletivo com o bem-estar e o desenvolvimento saudável das futuras gerações.

4. Política de Assistência Social

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. No município de Alto Paraíso de Goiás, os serviços da política de assistência social estão vinculados à Secretaria da Rede de Proteção Social, Habitação e Projetos Especiais (SRPS). E os serviços estão estruturados da seguinte forma para a infância e adolescência:

Proteção Social Básica

Configurada em serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
 - Público-alvo do SCFV: crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos.

Proteção Social Especial

Configurada em serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

- Proteção Social Especial de Média Complexidade
 - Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
 - Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

- Proteção Social Especial de Alta Complexidade
- Serviço de Acolhimento Institucional – LAR DE LUARA
 - Público-alvo do serviço de acolhimento institucional: crianças de 0 a 12 anos de idade, em situação de risco social de alta complexidade.

O que foi apresentado acima foi a estrutura de Assistência Social da SRPS. Importante complementar que até o segundo semestre de 2023 esses equipamentos descritos não contavam com equipes completas. Pela primeira vez, houve concurso público e o CRAS, o SCFV, o CAD Único e a Secretaria passaram a contar com profissionais concursados e efetivos, embora ainda não tenha sido completado o quadro completo das equipes.

O Serviço de Média Complexidade é o mais novo da SRPS, as demandas dessa frente da PNAS (Política Nacional da Assistência Social) estão sendo identificadas e catalogadas.

CADASTRO ÚNICO

População em situação de vulnerabilidade CECAD, REFERÊNCIA JUNHO 2023:

	Quantidade	Porcentagem
Famílias Cadastradas	2.457	
Famílias autodeclaradas ² em extrema pobreza	433	17%
Famílias autodeclaradas em situação de pobreza	366	19%
Famílias autodeclaradas em situação de baixa renda	911	37%
Pessoas inscritas no CadÚnico em situação de vulnerabilidade	4.497	77%

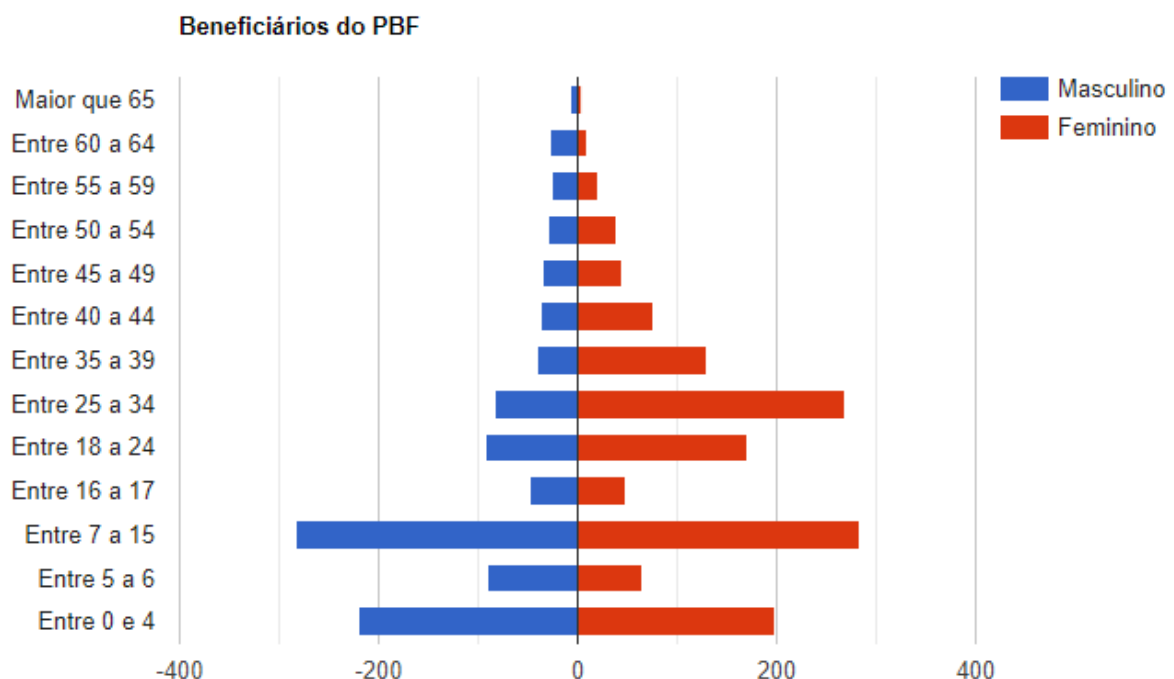
² autodeclaradas: informações obtidas a partir de respostas dadas pelos responsáveis familiares no ato de entrevista de inserção no Cadastro Único.

No município, o atendimento do cadastro único é realizado em sala com estrutura de computadores e equipe específica dentro do espaço físico do CRAS. As equipes da proteção social básica, dividem-se em urbana e rural para o atendimento às famílias e indivíduos da zona urbana e territórios rurais. A equipe de média complexidade atua com intervenções em todo o território do município.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

De acordo com o relatório do Programa Bolsa Família (PBF) e Cadastro único, em Janeiro de 2024 o município de Alto Paraíso de Goiás teve 800 famílias atendidas pelo programa, com 2.375 pessoas beneficiadas. O acompanhamento das condicionalidades de educação é obrigatório para o PBF e o município de Alto Paraíso de Goiás conseguiu acompanhar 580 beneficiários(as) entre 4 e 18 anos incompletos de idade, o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 71,6% na educação.

Pessoas em famílias beneficiárias do Bolsa Família - Pirâmide Etária Dezembro de 2023



Crianças e adolescentes:

	Masculino	% Masculino	Feminino	% Feminino	Total*	% Etária Total
Entre 0 e 4	220	52,63%	198	47,37%	418	17,60%
Entre 5 a 6	91	58,33%	65	41,67%	156	6,57%
Entre 7 a 15	284	50,00%	284	50,00%	568	23,92%
Entre 16 a 17	48	50,00%	48	50,00%	96	4,04%

5. Política de Educação

O sistema de educação no município de Alto Paraíso de Goiás é composto por doze instituições que executam as três etapas da educação básica: infantil, ensino fundamental e médio. São elas: Centro de Ensino em período integral Moisés Nunes Bandeira (estadual); Centro Municipal de Educação Infantil Casa da Vovó; Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz; Educandário Humberto de Campos; Escola Francisquinho; Escola Municipal Povoado do Moinho; Escola Municipal Povoado do São Jorge; Escola Municipal Santo Antônio da Parida; Escola dos Sagrados Corações; Escola Estadual Doutor Gerson de Faria Pereira; Escola Municipal Zeca de Faria; Escola Municipal de Ensino Fundamental professora Ana Rodrigues Carvalho Aguiar.

Dados gerais - IBGE

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98%
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,5
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,2
Matrículas no ensino fundamental [2021]	1.345 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	347 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	70 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	26 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	9 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	3 escolas

NÍVEIS DE APRENDIZAGEM E DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO EM 2022:

- **ENSINO FUNDAMENTAL**

TAXA GERAL: 14,70%

A cada 100 crianças, aproximadamente 15 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais.

Escolas:

- EDUCANDÁRIO HUMBERTO DE CAMPOS - 12,70%
- ESC MUL POVOADO DO MOINHO - 22,20%
- ESC MUL POVOADO DO SAO JORGE - 4,30%
- ESC MUL STO ANTONIO DA PARIDA - 9,10%
- ESC MUL ZECA DE FARIA - 22,30%
- ESCOLA DOS SAGRADOS CORAÇÕES - 8,50%
- ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA ANA RODRIGUES CARVALHO AGUIAR - 7,90%
- ESCOLA VILA VERDE - 6,30%

Essa taxa indica que há uma parcela significativa de crianças que não estão avançando no ritmo esperado em seu percurso escolar. O atraso escolar de 2 anos ou mais pode ter várias causas, incluindo dificuldades de aprendizagem, problemas familiares, socioeconômicos ou até mesmo questões relacionadas à qualidade do ensino. Esses dados sugerem a necessidade de intervenções e políticas educacionais direcionadas para identificar e apoiar essas crianças em risco de atraso escolar. Estratégias de acompanhamento mais individualizado, programas de reforço escolar, apoio psicossocial e parcerias com as famílias podem ser algumas das medidas necessárias para enfrentar esse problema. É fundamental abordar o atraso escolar para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental no tempo esperado e tenham acesso a uma educação de qualidade.

- **ENSINO MÉDIO - 2022:**

MÉDIA GERAL: 30,50%

A cada 100 estudantes, aproximadamente 30 estavam com atraso escolar de 2 anos ou mais

Escolas

COLEGIO ESTADUAL MOISES NUNES BANDEIRA - 30,8%

EDUCANDARIO HUMBERTO DE CAMPOS - 30,8%

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR GERSON DE FARIA PEREIRA - 36%

A taxa de atraso escolar no Ensino Médio é significativamente alta, o que indica uma preocupante proporção de estudantes que não estão avançando conforme o esperado em seu percurso educacional. O atraso escolar de 2 anos ou mais neste nível educacional pode ter várias causas, incluindo dificuldades acadêmicas, falta de motivação, problemas familiares, socioeconômicos ou até mesmo questões relacionadas à qualidade do ensino. Esses dados destacam a urgência de implementar estratégias eficazes para identificar e apoiar os alunos em risco de atraso escolar no Ensino Médio. Intervenções como programas de tutoria, orientação educacional e profissional, apoio psicossocial e parcerias com as famílias podem ser fundamentais para reduzir essa taxa de atraso e garantir que os estudantes concluam o Ensino Médio no tempo esperado. Além disso, é essencial investigar as causas subjacentes do atraso escolar e abordar questões sistêmicas que possam estar contribuindo para esse problema, visando promover uma educação de qualidade e equitativa para todos os estudantes.

PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM APRENDIZAGEM ADEQUADA REDE PÚBLICA, ENSINO FUNDAMENTAL³ E MÉDIO

Legenda
Avançado: Aprendizado além da expectativa. Recomenda-se para os alunos neste nível atividades desafiadoras.
Proficiente: Os alunos neste nível encontram-se preparados para continuar os estudos. Recomenda-se atividades de aprofundamento.
Básico: Os alunos neste nível precisam melhorar. Sugere-se atividades de reforço.
Insuficiente: Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. É

³ FONTE: <https://qedu.org.br/municipio/5200605-alto-paraíso-de-goias/aprendizado>

necessário a recuperação de conteúdos.

● **REDE PÚBLICA, 9º ANO ENSINO FUNDAMENTAL**

2017								
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PORTUGUÊS				MATEMÁTICA			
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
	18	56	25	0	25	64	11	0
INDICATIVO	25% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS 11% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA							
MUNICÍPIOS SEMELHANTES	14	56	26	4	29	56	13	2
Brasil	16	50	28	6	31	54	13	2

2019								
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PORTUGUÊS				MATEMÁTICA			
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
	28	57	14	0	48	48	4	0
INDICATIVO	14% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS 4% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA							
Municípios semelhantes	15	56	24	5	32	54	13	1
Brasil	16	48	29	7	27	54	16	2

2021								
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PORTUGUÊS				MATEMÁTICA			
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
	30	58	11	2	48	45	7	0
INDICATIVO	13% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS 7% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA							
Municípios semelhantes	18	54	24	4	34	55	9	1
Brasil	16	49	28	7	31	54	14	2

● REDE PÚBLICA, 3º ANO ENSINO MÉDIO*

2017								
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PORTUGUÊS				MATEMÁTICA			
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
	55	32	13	0	69	29	2	0
INDICATIVO	13% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 5% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA							
Municípios semelhantes	46	39	15	0	66	30	4	0
Brasil	41	34	24	1	62	33	4	1

2019								
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PORTUGUÊS				MATEMÁTICA			
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
	34	31	32	3	54	42	5	0
INDICATIVO	35% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 5% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA							
Municípios semelhantes	32	41	27	0	51	44	5	0
Brasil	32	34	32	1	52	42	6	1

2021								
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	PORTUGUÊS				MATEMÁTICA			
	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO	INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
	60	28	12	0	74	23	3	0
INDICATIVO	12% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 3% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA							
Municípios semelhantes	48	33	18	1	62	35	2	1
Brasil	34	35	30	1	57	38	4	1

Análise

Os indicativos referentes aos anos em análise assim nos noticiam:

- **2017**

- Ensino Fundamental: 25% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 11% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA.
- Ensino Médio: 13% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 5% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA

- **2019**

- Ensino Fundamental: 14% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 4% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA.
- Ensino Médio: 35% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 5% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA.

- **2021**

- Ensino Fundamental: 13% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 7% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA
- Ensino Médio: 12% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM PORTUGUÊS; 3% DOS ESTUDANTES OBTIVERAM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA.

Compilando todos os dados de todos os anos referentes às disciplinas mencionadas, a média de aprendizado adequado em português no ensino

fundamental é de 13%. Em relação ao aprendizado adequado em matemática no ensino fundamental, a média dos três anos analisados é de 5%. Já no ensino médio, temos as seguintes médias, referentes aos anos 2017, 19 e 21: em português, 20% e, em matemática, 3%.

Chama a atenção o baixo nível de aprendizagem adequada em português e em matemática na educação pública do município, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio. Pode-se argumentar que os impactos da pandemia atingiram as capacidades de melhores resultados nos estudantes, no entanto, essa baixa de pontuação já era observada nos anos 2017 e 2019, anteriores à pandemia, que atingiu em cheio o país e o mundo em 2020. Esses dados revelam a necessidade de medidas urgentes para melhorar o ensino e o aprendizado tanto em Português quanto em Matemática em todos os níveis de ensino. Estratégias eficazes de ensino, programas de formação de professores, recursos educacionais adequados e apoio individualizado aos alunos podem ser fundamentais para abordar essas deficiências e garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar um aprendizado adequado nessas áreas essenciais.

6. Política de Saúde

Em Alto Paraíso a política de Saúde é estruturada da seguinte maneira: Secretaria Municipal de Saúde, que gerencia e administra o Hospital Municipal Gumercindo Barbosa e os Programas Saúde na Hora e o Saúde da Família, PSF, que, por sua vez se distribui em três Unidades de Saúde da Família, UBSF, responsáveis pelo atendimento de todas as regiões, urbana e rurais, do município.

Não há serviços de atendimento especializado em saúde de crianças e adolescentes, esses públicos recebem atendimento ambulatorial no âmbito do PSF e, em situações de emergência, no Hospital Municipal Gumercindo Barbosa.

Das informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde destacam-se as seguintes situações:

- SINAN (Sistema Nacional de Agravos de Notificação): esse importante instrumento de registros de situação de violência ainda é muito pouco utilizado nos serviços de Saúde. Recebemos as informações sobre o SINAN referentes ao ano de 2021, totalizando 16 registros de situação de eventos de violência, desses 16 registros, somente um contra criança, e mais um, contra uma pessoa de 18 anos. Os dados de segurança pública, apresentados no presente estudo, demonstram que, pelo menos, 30 eventos de violência contra crianças e adolescentes, sendo 7 decorrentes de estupro de vulnerável e 10 de lesão corporal foram registrados em 2021. Casos como esses têm como protocolo o encaminhamento da vítima ao serviço de saúde para os devidos atendimentos necessários. No entanto, observa-se que não foram realizados registros no SINAN referentes a esses atendimentos. Conclui-se, portanto, que há subnotificação de situações de violência nos serviços públicos de saúde do município, o que dificulta e inviabiliza

a visibilização da violência contra crianças e adolescentes no município, seja para a população em geral, seja para as autoridades responsáveis pela gestão e pela disponibilização de serviços correspondentes às demandas vinculadas aos dados que não são notificados.

- **Atendimentos em Saúde Mental:** de acordo com os dados dos anos 2019, 2020 e 2021, há uma média mensal de 990 atendimentos em saúde mental no município. No entanto, não foi possível identificar nesses números quantos atendimentos foram realizados com crianças e adolescentes. Sabe-se, a partir dos dados da Segurança Pública, que há demanda consolidada desse público, vítima de violências, já que, segundo os dados da Segurança Pública, descritos no presente estudo, 129 ocorrências de violação de direitos de crianças e adolescentes foram registradas nos anos 2019, 2020, 2021 e 2022, o que nos dá uma média anual de 32 vítimas de violência que deveriam receber acompanhamento especializado em saúde mental. Como não há esse tipo de serviço no município, constata-se que essas demandas não são atendidas.
- **Gravidez na Adolescência:** as tabelas abaixo, com dados também recebidos pela Secretaria Municipal de Saúde, informam, a primeira, a respeito da ocorrência de nascimento de bebês de mães com idade entre 12 e 17 anos e, a segunda, demonstra a comparação desses números com a média nacional.

**TABELA 1: REGISTRO DE PARTO DE MÃES ADOLESCENTES
MORADORAS DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS ENTRE 2018 E 2022.**

PARTOS DE ADOLESCENTES - ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS						
ANO	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
INCIDÊNCIAS NO ANO	11	13	4	13	9	50
12 ANOS	0	2	0	0	0	2
13 ANOS	0	0	0	0	0	0
14 ANOS	0	2	0	0	0	2
15 ANOS	3	5	0	5	0	13
16 ANOS	3	2	1	1	4	11
17 ANOS	5	2	3	7	5	22

TABELA 2: PERCENTUAL DE IDADE DA MÃE NO PARTO EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS E COMPARAÇÃO COM O PERCENTUAL NACIONAL

PERCENTUAL DE NASCIDOS VIVOS POR IDADE DA MÃE NO PARTO (COMPARATIVO COM O BRASIL - IBGE - ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL)		
2018		
IDADE DA MÃE	15-19	MENOS DE 15 ANOS
BRASIL (PERCENTUAL)	14,51	0,67
ALTO PARAÍSO (CONTAGEM)	26	0
PERCENTUAL DO MUNICÍPIO	21,6⁴	0
2019		
BRASIL (PERCENTUAL)	13,82	0,63
ALTO PARAÍSO (CONTAGEM)	15	3
PERCENTUAL DO MUNICÍPIO	13,27	2,6*
2020		
BRASIL (PERCENTUAL)	13,02	0,58
ALTO PARAÍSO (CONTAGEM)	18	0
PERCENTUAL DO MUNICÍPIO	12	0
2021		
BRASIL (PERCENTUAL)	12,83	0,60
ALTO PARAÍSO (CONTAGEM)	22	0
PERCENTUAL DO MUNICÍPIO	15,6*	0

⁴ Foram marcadas em negrito as informações com dados superiores à média nacional

Analisando os dados fornecidos sobre partos de adolescentes em Alto Paraíso de Goiás, observamos uma incidência total de 50 partos de adolescentes entre os anos de 2018 e 2022. Houve uma variação nas incidências anuais, com picos em 2019 e 2021. No entanto, é importante destacar que, embora o número total de partos de adolescentes seja relativamente baixo, o percentual em relação ao total de nascidos vivos no município é significativo, com uma média de aproximadamente 16% ao longo desses anos. Em relação à idade das mães nos partos, podemos observar que a maioria dos partos envolve mães com idades entre 15 e 17 anos, com uma tendência de diminuição nos últimos anos. No entanto, é preocupante notar que houve casos de mães com menos de 15 anos, embora em números absolutos sejam baixos em comparação com o total de nascidos vivos. Comparando os dados de Alto Paraíso com as estatísticas nacionais do Brasil, observamos que o município apresenta percentuais mais altos de partos de adolescentes, especialmente na faixa etária de 15 a 19 anos, indicando uma problemática que merece atenção e intervenção por parte das autoridades de saúde e da comunidade em geral.

Existem várias iniciativas que podem ser implementadas para abordar a questão dos partos de adolescentes e promover a saúde sexual e reprodutiva nessa faixa etária. Aqui estão alguns exemplos:

- Educação Sexual nas Escolas: Implementação de programas abrangentes de educação sexual nas escolas, que incluam informações sobre contracepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), consentimento e relacionamentos saudáveis.
- Aconselhamento e Serviços de Saúde Reprodutiva: Oferecimento de serviços acessíveis e confidenciais de saúde sexual e reprodutiva, incluindo aconselhamento sobre contracepção, planejamento familiar e cuidados pré-natais.
- Acesso a Contraceptivos: Garantia de acesso gratuito ou de baixo custo

- a uma variedade de métodos contraceptivos, incluindo preservativos, pílulas anticoncepcionais, dispositivos intrauterinos (DIUs) e implantes hormonais.
- Atendimento Psicossocial: Disponibilização de serviços de apoio psicológico e emocional para adolescentes grávidas e mães jovens, incluindo aconselhamento individual e em grupo, para lidar com questões de autoestima, relacionamentos familiares e planejamento futuro.
 - Capacitação de Profissionais de Saúde: Treinamento de profissionais de saúde para oferecer atendimento sensível às necessidades dos adolescentes, garantindo que eles se sintam confortáveis e respeitados ao buscar serviços de saúde.
 - Engajamento Comunitário: Promoção de iniciativas comunitárias para sensibilizar e educar sobre os riscos da gravidez na adolescência, envolvendo líderes locais, pais, escolas e organizações da sociedade civil.
 - Empoderamento Econômico: Criação de programas que apoiem adolescentes grávidas e mães jovens na conclusão da educação, no desenvolvimento de habilidades profissionais e no acesso a oportunidades de emprego e geração de renda.
 - Prevenção da Violência e Exploração Sexual: Implementação de estratégias de prevenção da violência sexual e exploração, incluindo campanhas de conscientização, treinamento de profissionais e medidas de proteção para adolescentes em situações de risco. Isso pode envolver parcerias com órgãos de segurança pública, OSC's e centros de apoio às vítimas de violência.

Essas ações combinadas visam não apenas reduzir a incidência de partos na adolescência, mas também promover o bem-estar geral dos adolescentes, capacitando-os a tomar decisões informadas sobre sua saúde e futuro.

7. Segurança Pública

Os dados da segurança pública, apresentados na próxima página, foram fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás no ano de 2023, através do processo nº 202300016011298. Na página a seguir estão distribuídas as informações referentes a situações de violência contra crianças e adolescentes referentes aos anos 2019, 2020, 2021 e 2022.

TABELA 1: REGISTROS RELACIONADOS A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - 2019, 2020, 2021 E 2022

REGISTROS RELACIONADOS A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS						
GRUPO VIOLÊNCIA	NATUREZAS	2019	2020	2021	2022	TOTAL
NEGLIGÊNCIA/ABANDONO	ABANDONO DE INCAPAZ	0	1	0	0	1
OUTRAS VIOLÊNCIAS	SUBTRAÇÃO DE INCAPAZES	1	0	0	0	1
VIOLÊNCIA FÍSICA	HOMICÍDIO	0	1	0	0	1
	LESÃO CORPORAL	14	4	10	7	35
	MAUS-TRATOS	1	1	0	1	3
VIOLÊNCIA MORAL	CALÚNIA	0	1	0	0	1
	DIFAMAÇÃO	1	1	1	0	3
	INJÚRIA	0	1	1	1	3

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	AMEAÇA	18	5	9	10	42
	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	1	0	0	0	1
	DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU PORNOGRAFIA	0	0	1	0	1
	ECA - CORROMPER MENOR DE 18 ANOS COM ELE PRATICANDO INFRAÇÃO PENAL	1	0	0	0	1
	INDUZIMENTO A FUGA, ENTREGA ARBITRÁRIA OU SONEGAÇÃO DE INCAPAZES	0	0	1	0	1
	REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL	0	1	0	0	1
VIOLÊNCIA SEXUAL	CORRUÇÃO DE MENORES	0	0	0	2	2
	ESTUPRO	1	1	0	0	2
	ESTUPRO DE VULNERÁVEL	4	9	7	8	28
	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	1	0	0	1	2
TOTAL		43	26	30	30	129

ANÁLISES

- Comparação dos tipos de violência: **Violência psicológica é o tipo de violência mais presente em todas as edições do levantamento**, com 47 registros no total. Já a **violência física** aparece em segundo lugar, com 39 registros. A **violência sexual** também apresenta uma quantidade significativa de registros, com 35 no total;
- Análise por ano: Pandemia: é possível perceber que houve uma **diminuição nos registros em 2020, mas a quantidade voltou a aumentar em 2021 e 2022**; essa diminuição, pode-se inferir, está mais relacionada às medidas de isolamento social do que à redução de ocorrências, já que nos anos anteriores e seguintes, os números eram superiores;
- Análise por natureza: **A maioria dos registros se refere a violência física (39 ocorrências), psicológica (46) e sexual (35).**

Nas páginas seguinte pode-se visualizar atabela de distribuição das ocorrências por gênero e faixa etária.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DE REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR GRUPO, NATUREZA, FAIXA ETÁRIA E DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS ANOS 2019 E 2022

REGISTROS RELACIONADOS A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS																			
GRUPO VIOLÊNCIA	NATUREZAS	2019				2020				2021				2022				TOTAL	
		0 a 11		12 a 17		0 a 11		12 a 17		0 a 11		12 a 17		0 a 11		12 a 17			
		FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM		
NEGLIGÊNCIA/ ABANDONO	ABANDONO DE INCAPAZ	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
OUTRAS VIOLÊNCIAS	SUBTRAÇÃO DE INCAPAZES	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VIOLÊNCIA FÍSICA	HOMICÍDIO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	LESÃO CORPORAL	4	0	8	2	2	0	2	0	2	0	5	3	0	1	3	3	3	35
	MAUS-TRATOS	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
VIOLÊNCIA MORAL	CALÚNIA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	DIFAMAÇÃO	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
	INJÚRIA	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	3
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	AMEAÇA	1	1	13	3	0	0	4	1	2	0	3	4	1	0	3	6	6	39
	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	DIVULGAÇÃO DE CENA DE ESTUPRO OU DE CENA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DE CENA DE SEXO OU PORNOGRAFIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	ECA - CORROMPER MENOR DE 18 ANOS COM ELE PRATICANDO INFRAÇÃO PENAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

	INDUZIMENTO A FUGA, ENTREGA ARBITRÁRIA OU SONEGAÇÃO DE INCAPAZES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	
	REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VIOLÊNCIA SEXUAL	CORRUÇÃO DE MENORES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	
	ESTUPRO	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	
	ESTUPRO DE VULNERÁVEL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	
	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	
	total	6	1	26	6	3	1	12	2	5	0	8	7	4	2	7	9	99		

ANÁLISE

- A maioria das vítimas registradas em todas as categorias foram adolescentes na faixa dos 12 a 17 anos. A violência física foi o tipo de violência mais presente em ambas as faixas etárias;
- A maioria das vítimas registradas foram meninas. A violência psicológica foi o tipo de violência mais presente em ambos os gêneros;
- Pandemia: diminuição nos registros em 2020, mas a quantidade voltou a aumentar em 2021 e 2022;
- Aumento significativo no número de registros de violência sexual em 2022, principalmente em relação ao estupro de vulnerável. Além disso, é possível perceber que as vítimas adolescentes foram as mais afetadas em todos os anos analisados;
- A violência psicológica foi o tipo de violência mais presente em todas as categorias. A violência física também foi bastante presente, principalmente contra adolescentes do sexo masculino. Já a violência sexual foi mais presente contra adolescentes do sexo feminino. A negligência e o abandono foram mais registrados contra crianças na faixa dos 0 a 11 anos.

8. Organizações da Sociedade Civil (OSC)⁵

Atualmente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Alto Paraíso de Goiás (GO), possui seis organizações da sociedade civil inscritas e executando ações e projetos no território do município. As OCS inscritas no CMDCA são:

Nome OSC	Idade de Abrangência
1. Instituto Palicourea	07 a 16 anos
2. Instituto OCA Brasil	05 a 14 anos
3. Turma que Faz	03 a 5 anos (recreação) 05 a 17 anos (reforço escolar)
4. Associação Paulo de Tarso	01 a 04 anos (creche) 04 a 08 anos (contraturno escolar) 0 a 12 anos (serviço de acolhimento)
5. Instituto Caminho do Meio	0-18 anos
6. Grupo Escoteiro Lobo da Chapada	5 a 14 anos

⁵ As informações das OSC desse estudo, foram retiradas do documento intitulado “apresentação das entidades” divulgado na plenária do CMDCA no dia 14/12/2023.

Apresentação das Organizações da Sociedade Civil (OSC)

1.



**Instituto
Palicourea**

O que faz ?

- Programa Robótica Educacional
- Microsoft Education
- Minecraft Education
- São Jorge Sorridente
- Investimento em infraestrutura
(Escola da Vila)

Atendimento em regime de orientação e apoio sócio-familiar

Como faz?

Programa Robótica Educacional

- 48 estudantes;
- 4 turmas com 12 estudantes;
- 2h de aula;
- às terças e quintas-feiras no espaço sede do Instituto.
- Metodologia LEGO
- Fundamentação Metodológica Construcionismo (Jean Piaget e Seymour Papert)
- Os princípios construcionistas de aprendizagem em quatro etapas:
 1. Contextualizar
 2. Construir
 3. Analisar
 4. Continuar

Para quem faz?

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

50 estudantes de 07 a 16 anos de idade do Ensino Fundamental I - Escola Municipal Povoado de São Jorge - e do Ensino Fundamental II - Escola Estadual Dona Lindú - localizadas na Vila de São Jorge.

EQUIPE

NOME	FUNÇÃO
Marcos Tadeu de Siqueira	Presidente
Liege Saraiva	Instrutora
Sayonara Caetano	Pedagoga
Cananda dos Santos	Auxiliar administrativa
Caio Sesma	Gerente Geral

2.



Programas do Instituto Oca Brasil

- Agroecologia
- Quintais Verdes
- Gestão Unidades de Conservação - RPPN
- Universidade Livre do Cerrado
- Casa da Cultura
- Políticas Públicas

O que fazemos?

O Programa Quintais Verdes é um programa cuja principal finalidade

é o acolhimento e que tem como meta um ambiente saudável, harmonioso, com segurança para o brincar e para uma boa vivência de infância. E ainda garantir o direito de conhecer o mundo através do pensamento imaginativo, ao mesmo tempo desenvolvendo práticas de higiene pessoal, alimentação balanceada orgânica e conhecimentos gerais.

Como fazemos?

O programa atende as necessidades básicas intelectuais, físicas e sócio emocional das crianças. Criamos um quadro de atividades recreativas que oferece diversidade de linguagens e ao mesmo tempo suprir as demandas deste grupo de crianças e adolescentes. O quadro de horários foi feito numa escala que divide cada turma por faixa etária, com três aulas semanais por turma, no contraturno da escola. A equipe conta com 01 gestora pedagógica, responsável pela gestão organizacional e psicopedagógica, 01 coordenadora pedagógica, responsável por orientar as monitoras com o tipo de atividades a serem realizadas e 03 monitores, os quais são responsáveis pelas atividades recreativas realizadas com as turmas divididas em turmas A B C.

Para quem fazemos?

Crianças e adolescentes de Alto Paraíso de Goiás de 05 a 14 anos em vulnerabilidade social e suas famílias buscando contribuir na melhoria de vida e no desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, num sentido ético nas relações do indivíduo com a natureza, com o outro e consigo mesmo, onde o espírito de comunidade possa refletir a Cultura de Paz, cultivando o acolhimento.

3. Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge



TURMA
QUE FAZ

O que faz?

Em nossa Escola Livre de Arte e Ecologia, criamos espetáculos, resgatamos histórias, produzimos programas de rádio e vídeo, andamos pelas ruas da Vila sensibilizando sobre a importância de cuidarmos do nosso Cerrado e dos saberes existentes. Acreditamos que é através de uma educação transformadora que podemos construir um novo mundo, mais solidário e com Arte e encantamento para todos, protegendo nossas crianças e combatendo situações de violência e negligência na proteção da infância.

Como faz?

O Projeto Turma Que Faz tem o objetivo de oferecer oficinas de Arte, Ecologia, Educomunicação e Patrimônio diariamente na Cabana Turma Que faz e nos espaços da comunidade da Vila de São Jorge, atuando no sistema de fortalecimento de vínculos. São oferecidas atividades de Artes Visuais (pintura e cerâmica), Artes Circenses (tecido acrobático e malabares), Expressão (Teatro e mamulengo), Música (percussão, cantigas), Educação Ambiental e Educomunicação (formação de jovens voltada para a Rádio Comunitária São Jorge). Em nossa metodologia, o público atendido recebe o Bolsa Arte, valor mensalmente destinado para as famílias. Hoje, atendemos um público de 65 crianças e adolescentes, com faixa etária de 3 a 18 anos.

Para quem faz?

As atividades realizadas pelo Projeto Turma Que Faz tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento comunitário da Vila de São Jorge. Atendemos no contraturno escolar 65 crianças e adolescentes, sendo 83% do público beneficiário de programa de distribuição de renda. Recreação: 03 a 05 anos em regime de cooperação com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso. Reforço Escolar: diariamente atendemos com atividades de reforço escolar em parceria com a Escola Municipal Povoado de São Jorge. Turma Que Faz Manhã: 20 adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos. Turma Que Faz

Tarde: 30 crianças, com idade entre 5 e 11 anos.

EQUIPE

NOME	FUNÇÃO
Juliano Basso	Presidente da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge
Aristelina Avelino	Gestora Administrativa e produtora local da Vila de São Jorge
Doroty Marques	Artista educadora, com mais de 50 anos de atuação e criadora do Projeto Turma Que Faz.
Polyana Moraes	Pedagoga, artista educadora e coordenadora pedagógica do Projeto.
Liane Preuss	Socióloga, mestre em educação, supervisora técnica do Projeto.
Jefferson Passos	Artista educador, educador na Rádio Comunitária São Jorge.
Rachel Barbosa	Artista educadora, atua como Multiplicadora de Artes Visuais .
Bruna Souza	Artista educadora, cursando Serviço Social, atua na Recreação e Reforço Escolar.

4. Associação Paulo de Tarso

O que faz?

A Associação Assistencial Paulo de Tarso é uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve programas e projetos educacionais, sociais e culturais voltados, prioritariamente, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco social. Atua no município há mais de 36 anos, desde 1986.

PRINCIPAIS PROGRAMAS:

Creche em período integral – ESCOLA FRANCISQUINHO

Contraturno Escolar – ESCOLA PARQUE

Serviço de Acolhimento Institucional – LAR DE LUARA

Educação Ambiental / Gerenciamento de resíduos sólidos – BEM-DITO-LIXO

Programas Sócio Culturais:

- Escola de Música
- Projeto Querubim / Ateliê Tia Elisa
- Oficina de Informática
- Ações de Acolhimento
- Bazar Beneficente
- Atividades Doutrinárias

Como faz?

Os programas são realizados na própria instituição, tendo para tanto, equipes especializadas de acordo com normatização e orientações técnicas. Conta, atualmente, com 36 funcionários, considerando todos os programas. Atendeu, em 2023, 80 crianças distribuídas nos programas. CRECHE: crianças de 1 a 4 anos em período integral / EDUCAR E CUIDAR CONTRATURNO ESCOLAR: crianças de 4 a 8 anos em horário inverso a escola / Cuidando do Ser Integral SERVIÇO DE ACOLHIMENTO: crianças de 0 as 12 anos em situação de risco social de Alta Complexidade / Resgatando vidas e famílias BEM-DITO-LIXO – Um bem que chamam de lixo: cuidado e gerenciamento de resíduos, em contexto pedagógico, humanitário, social e de respeito ao planeta; Companhia Art'jovem ATIVIDADES SÓCIO CULTURAIS: abertas à comunidade, para todas as idades.

Para quem faz?

Os programas são destinados, prioritariamente, às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em suas diversas expressões. Atende a comunidade de acordo com demandas emergentes detectadas em conselhos e redes de proteção, relacionadas aos âmbitos educacionais,

sociais, ambientais e culturais.

EQUIPE
 COORDENAÇÃO GERAL DOS PROGRAMAS

<p>CRECHE E CONTRATURNO 1 coordenadora rotineira; 4 professoras ; 4 monitoras; 3 cozinheiras; 1 auxiliar de serviços gerais; 1 jardineiro/ multitarefas; 1 responsável pela lavanderia e portaria;</p>	<p>SERVIÇO DE ACOLHIMENTO 1 coordenadora rotineira; 4 cuidadoras; 1 assistente social; 1 psicóloga.</p>	<p>BEM-DITO-LIXO gerais; 1 professora de educação ambiental; 1educador ambiental /parceria Ipeartes.</p>	<p>SÓCIO CULTURAIS Parcerias; Parceria Ipeartes; voluntários;</p>
--	--	---	---

5.



O Instituto Caminho do Meio Alto Paraíso (ICMAP) é uma instituição sem fins lucrativos que realiza ações sociais beneficiando pessoas no mundo e atuando para gerar ambientes mais saudáveis, coletivos e sustentáveis. Criado em 2013, o ICMAP surge da percepção de que somos completamente dependentes do mundo vivo ao nosso redor. Quando percebemos o quanto precisamos uns dos outros, brota a noção de interdependência, ou seja, de que somos inseparáveis. Por isso, cuidar dos outros é cuidar de nós mesmos.

Áreas de atuação do ICMAP:

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Propomos "Educar para a Felicidade" a partir de metodologias inovadoras que despertam o interesse dos alunos para a construção de relações positivas consigo, com os outros e com a Natureza.

SAÚDE INTEGRAL

Promovemos ações e práticas que enfatizam o cuidado do corpo e da mente como um campo único na busca do bem-estar físico e emocional.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Divulgamos a Agricultura Sintrópica como um sistema de produção que ao mesmo tempo produz alimentos saudáveis, de alto valor biológico, recupera áreas degradadas, devolve as águas a nascentes perdidas, e traz de volta nossas florestas.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Fomentamos ideias e práticas sustentáveis para a contemplação, o cultivo e preservação da natureza em harmonia com todos.

AÇÃO SOCIAL

Desenvolvemos ações sociais no intuito de oferecer assistência e minimizar a situação de vulnerabilidade nas comunidades, estimulando inclusão social, geração de renda, redução das desigualdades, igualdade de gênero e erradicação da pobreza.

Projetos em andamento:



Público alvo: cada projeto beneficia um público alvo em específico.

EQUIPE

Somos um grupo de pessoas, voluntários, profissionais e trabalhadores de várias áreas do conhecimento. Nossa gestão é por Mandala, coletivamente

nos mobilizamos para realizar ações e projetos sociais. Em cada projeto é composto por uma equipe de pessoas altamente qualificadas, que se engajam por afinidade com a ação proposta.

Angela Mattos: jornalista, comunicadora, produtora cultural, coordenadora geral do Semente Amarela, técnica de enfermagem, educadora perinatal, educação positiva na atuação de infância e adolescência.

Nísia Sacco: gestora de projetos, produtora cultural, facilitadora de Biodanza e educadora. Pós-graduada em transformação de conflitos e estudos de paz.

Janaína André: Designer.

Luciana Pinto: Arquiteta e Urbanista.

Daniela Sakamoto: engenheira Agrônoma e pedagoga. Idealizadora do CEPEAS com Fernando Rebelo.

Rafael Longo: Engenheiro Civil, músico, professor de meditação e de TakeTiNa e viveirista.

6. Escoteiro Lobo da Chapada



O que faz?

O Movimento Escoteiro proporciona, de forma progressiva, por meio do Método Escoteiro, oportunidades para que crianças, adolescentes e jovens cresçam como pessoas, desenvolvendo-se como indivíduos responsáveis, solidários, autônomos e comprometidos, de acordo com um sistema de valores baseado na Lei e Promessa Escoteira. Colaboramos de maneira determinante para a aquisição de competências para a vida, tais como autonomia, autoconfiança, determinação, liderança, respeito pela diversidade, habilidades para lidar com a complexidade, entre outros.

Como faz?

A abordagem educacional do Escotismo é implementada através do Método Educativo Escoteiro, um sistema educacional original que promove a autoeducação, o empoderamento e o aprendizado cooperativo. Tal como em qualquer método educacional, o Método Educativo Escoteiro é o instrumento que aproxima os jovens dos aprendizados que se esperam que eles adquiram. Os elementos do Método Escoteiro: O Método Educativo Escoteiro compreende alguns elementos interdependentes que formam um conjunto unificado e integrado. Tais elementos, igualmente importantes, trabalhando juntos como um sistema coeso, e sua implementação, de maneira combinada e equilibrada, adaptada a cada faixa etária, são o que tornam o Escotismo único.



Para quem faz?

Lobinhos: 5,6 e 10 anos / Escoteiros: 6 a 14 anos

Sêniores: 15 a 17 anos / Pioneiros 18 a 21 anos

Observação: Atualmente não temos os Ramos Sênior e Pioneiro.

EQUIPE

NOME	FUNÇÃO
Zeli Kacowicz	Diretor Presidente
Márcia Kacowicz	Diretora Financeira, Chefe do Ramo Lobinho
Sergio Campos	Diretor Administrativo Assistente do Ramo Lobinho
Régis Fonseca	Diretor de Métodos Escoteiros Chefe do Ramo Escoteiro
Iana Paulino	Comissão Fiscal Assistente do Ramo Lobinho
Paula Fontes	Assistente do Ramo Lobinho
Marcus Cintra	Assistente do Ramo Lobinho
Vitor Fáveri	Comissão Fiscal Assistente do Ramo Escoteiro

CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo diagnóstico da infância e adolescência do Município de Alto Paraíso de Goiás (GO) é apresentar um panorama inicial ao poder público e à sociedade civil de como está a realidade das crianças e adolescentes no município. Apresentar o que temos de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil, almejando traçar metas e planejar ações mais eficientes no âmbito infantojuvenil. A ausência de diagnósticos anteriores publicizados e a deficiência da coleta de dados nas instâncias Municipal e Estadual também demonstram a necessidade de priorizar a atenção para construção de base sólida de dados para toda implementação de projetos, programas ou ações: o estudo diagnóstico da realidade do território.

Os dados aqui apresentados revelam algumas importantes questões relacionadas aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes em Alto Paraíso de Goiás. Os dados demográficos mostram um crescimento populacional expressivo nas últimas décadas, ressaltando a necessidade de políticas públicas eficientes para acompanhar esse crescimento e atender às demandas da população infantojuvenil.

Diante do exposto ao longo do documento é possível analisar que o município precisa fortalecer as políticas sociais no âmbito da infância e adolescência. Alguns pontos podem ser elencados como demandas prioritárias no município de Alto Paraíso de Goiás:

No âmbito da educação:

Os resultados dos índices de aprendizagem adequada em Português e Matemática são preocupantes, com taxas baixas em todos os anos analisados. Também devem ser investigadas as causas dos índices de defasagem escolar. Isso evidencia a necessidade de investimentos e estratégias de ensino e convivência escolar mais correspondentes às necessidades apresentadas pelos estudantes para melhorar a qualidade da

educação e garantir um futuro melhor para as crianças e adolescentes do município.

No campo da saúde:

Destaca-se a subnotificação de situações de violência contra crianças e adolescentes nos serviços de saúde. A baixa utilização do sistema nacional de registro de violências (SINAN) dificulta a visibilidade e as medidas relacionadas a essa problemática. Além disso, há a necessidade de serviços especializados em saúde mental e a atenção às demandas relacionadas à gravidez na adolescência. Identifica-se também a necessidade de estruturar a rede de atenção à saúde de crianças e adolescentes que apresentam sofrimento psíquico decorrentes de transtornos mentais graves e persistentes, de sofrimento psíquico resultante do uso de substâncias psicoativas. Neste caso, seria recomendada a implantação de Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Atualmente nenhum CAPS regional abarca essa demanda. Importante também registrar a inexistência de aparelhos voltados ao atendimento em saúde mental exclusivo para crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de situações de violação de direitos. Também percebe-se a necessidade de ampliar os serviços de atendimento em saúde mental para crianças e adolescentes, especialmente atendimentos individualizados; expandir ações preventivas de gravidez na adolescência, através de ações contínuas que incluam outros atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes;

No que tange às demais políticas e serviços, incluindo o Conselho Tutelar:

- Necessidade por parte do Conselho Tutelar em utilizar de forma ativa e contínua o SIPIA;
- Expandir as ações preventivas (violências e violações de direitos) no âmbito da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos contínuos, em diferentes espaços;

- Prioridade em ações, projetos e programas para crianças e adolescentes da zona rural do município. Atualmente, há maior incidência de ações do governo e sociedade civil na zona urbana, fazendo com que a população infantojuvenil da zona rural fique desassistida e os territórios rurais com carência de intervenções;
- Estruturação de serviços que abarque atendimento de qualidade às crianças e adolescentes com deficiência. Atualmente no município, inclusive os serviços públicos como saúde e assistência social, carecem de melhores condições de atendimento a adolescentes e crianças com deficiência. Inclusive as estruturas físicas desses serviços não abarcam as necessidades reais de mobilidade e deslocamento para PCD's (Pessoas com Deficiência);
- Instituir o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE;
- Criar ferramentas de monitoramento de dados sobre os atendimentos prestados à infância e adolescência, que sejam articuladas, protocoladas e de fácil acesso;
- Ampliar a atuação em rede, especialmente visando o desenvolvimento de Políticas Públicas e não apenas projetos pontuais, congregando os diferentes órgãos e serviços cujos atendimentos estão relacionados à infância e adolescência;

No que se refere à segurança pública, os registros de violência contra crianças e adolescentes apontam para a presença de diferentes tipos de violência, com destaque para a violência psicológica, física e sexual. Houve uma diminuição nos registros em 2020, mas a quantidade voltou a aumentar nos anos seguintes. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas e ações específicas para prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes no município.

Diante dessas conclusões, é fundamental que as autoridades municipais,

juntamente com a sociedade civil e outros atores envolvidos, desenvolvam e implementem políticas públicas e ações efetivas para garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes em Alto Paraíso de Goiás. Isso implica em investimentos nas áreas da educação, saúde, assistência social e segurança pública, bem como na articulação e integração entre essas áreas para garantir uma abordagem integral e eficaz.

Espera-se que este Estudo Diagnóstico seja utilizado como base para a formulação de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência, visando a efetivação dos direitos dessas populações e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.